

Camila Loureiro Dias

Doutoranda em História na École des Hautes Études en Sciences Sociales

Passadas quase duas décadas da publicação do afamado *História dos índios no Brasil* (1992), um pequeno volume de bolso trouxe uma revisão da historiografia formada no bojo daquele projeto então organizado por Manuela Carneiro da Cunha. *Os índios na história do Brasil* (2010), livro de Maria Regina Celestino de Almeida, retoma e reafirma o pressuposto de que as populações nativas foram agentes sociais nos processos históricos que engendraram o país.

São seis capítulos que tratam tanto de história como de discurso historiográfico. Enquanto o primeiro aborda as transformações do lugar dos índios na historiografia brasileira desde o Império até os dias atuais, os demais fazem um apanhado, a partir dos paradigmas recentes, de aspectos da sua participação na história do Brasil, desde o período colonial até o Império.

No primeiro capítulo, Celestino de Almeida analisa a maneira como os índios passaram da condição de vítimas passivas da conquista à de agentes históricos. Explica que a primeira percepção andava de par com a oposição teórica entre “índio aculturado” e “índio puro”: acreditava-se que o contato com a sociedade nacional fatalmente acarretava a aculturação dos índios e, por consequência, seu desaparecimento enquanto tais. Assim, a afirmação de Varnhagen segundo a qual para os índios não há história, só etnografia, permaneceu até bem recentemente, inclusive respaldando sucessivas políticas assimilacionistas.

A mudança se deu justamente no momento da Constituição de 1988, quando, interferida pela própria mobilização indígena, a legislação reconheceu a diversidade étnica do país. Para explicar o fenômeno, o paradigma anterior já não bastava, de modo que foi preciso reconhecer os índios como sujeitos históricos. Alguns conceitos-chave utilizados pelos antropólogos foram então remanejados

em função dos processos de mudança social. Cultura, por exemplo, deixou de ser vista como fixa e imutável. E etnicidade, antes explicada em termos de cultura, passou a ser definida por suas dimensões históricas e políticas.

Nessa linha, o conceito de “aculturação” também se alterou, deixando de se opor ao de resistência. Ainda que se admita atualmente que processos de aculturação estejam em curso, inclusive de maneira mais intensa com a globalização, em termos de explicação sociológica esses processos não mais significam resignação e, tampouco, implicam em desaparecimento de grupos étnicos. O que esclarece, por exemplo, a emergência atual de vários grupos, sobretudo no nordeste do Brasil.

Ocorre que se esses conceitos explicam os processos contemporâneos, eles têm sido utilizados também para explicar os processos históricos de formação do país. Agência indígena e etnicidade são de fato as duas questões subjacentes ao restante do livro que sai do âmbito historiográfico para tratar de história.

No segundo e no terceiro capítulos, a autora traz um apanhado de casos exemplares das relações de guerras e de alianças estabelecidas entre índios e europeus do período colonial até o Império. Comenta que a dificuldade que temos hoje de identificar os grupos étnicos presentes no território quando da chegada dos europeus deve-se ao fato de que estes últimos, praticamente nossas únicas fontes de informação, qualificavam os índios de maneira genérica e em função da qualidade das relações estabelecidas com eles. Só que essas relações – junto com as epidemias, instrumentos de ferro e armas de fogo – impactavam e transformavam as interações interétnicas originais de troca, de guerra e de aliança, as quais a arqueologia evidencia atualmente terem sido intensas.

Por outro lado, e segundo o que estudos recentes têm demonstrado, essas recriações identitárias podiam ou não servir aos interesses dos grupos indígenas. Se, para alguns grupos, a sobrevivência estava na submissão aos europeus, para outros, ela podia estar em uma imagem que os mantivesse distantes, pelo menos por certo tempo. Isso implica em que, no limite do seu argumento, a autora afirme que, se os índios saíram perdedores, foi por opção. Quer dizer, se a superioridade tecnológica das armas europeias não é suficiente para explicar a vitória de apenas alguns portugueses contra inúmeros povos guerreiros, decorre-se que “a conquista do território só se explica pelas alianças que os portugueses puderam estabelecer com os índios”.

Do capítulo quarto em diante, Celestino de Almeida entra em tema mais próximo ao da sua tese de doutoramento (publicada em 2003 sob o título de *Metamorfoses indígenas*), e passa a tratar dos índios integrados ao sistema colo-

nial. Sob o mesmo princípio da agência indígena, a autora aborda a relação entre identidade étnica e reivindicação política no ambiente das aldeias coloniais.

Formadas pelos portugueses para responder às necessidades de defesa, ocupação e exploração do território, essas aldeias foram espaços onde diversos grupos indígenas eram reunidos e submetidos à autoridade dos portugueses, leigos e/ou missionários. Apesar da violência da qual os índios continuaram sendo vítimas, a ideia da autora é a de que as aldeias passaram a interessá-los enquanto “mal menor” ou mesmo “excelente oportunidade para sobreviver”, diante da violência colonial descontrolada que caracterizava o ambiente fora delas (capítulo 4). Por outro lado, Celestino de Almeida argumenta que as aldeias tornaram-se espaços onde os índios tiveram a possibilidade de reelaborar sua cultura e identidade: embora tenham passado por um processo de descaracterização étnica, seja porque eram genericamente classificados pelos europeus, seja porque se mestiçavam, os índios também souberam aproveitar a situação em seu favor. Além de procurar garantir terra e proteção, aqueles que nelas optaram por habitar teriam compreendido e utilizado, em benefício próprio, os mecanismos jurídicos do sistema colonial e do Antigo Regime.

É nesse sentido que a opção por integrar as aldeias não teria significado uma submissão, como entenderia Florestan Fernandes. Nesse ponto situa-se atualmente o discurso dos estudos indigenistas, de maneira geral, em contradição com as antigas tipologias de reação à conquista. De acordo com esse novo paradigma, a tendência dos pesquisadores tem sido também a de pensar as chamadas “políticas indígenas”.

Esse discurso é corroborado pela autora e, sob esse aspecto, ela interpreta, no capítulo 5, a política assimilacionista inaugurada no período pombalino. Transformando as aldeias em vilas e lugares, mas ainda assim mantendo condições distintas entre os vassallos, Pombal teria permitido que os índios assumissem as identidades impostas para transformá-las em instrumentos de reivindicação política. As controvérsias sobre classificações étnicas geradas nesse contexto acentuaram-se no século XIX, em torno das disputas agrárias (analisadas no capítulo 6). Isso porque o Estado imperial adotou o mesmo modelo, continuando a garantir o direito dos índios às terras coletivas enquanto não atingissem o chamado estado de civilização. De um lado, justificava-se a supressão das aldeias pela mestiçagem e desaparecimento dos índios, de outro, os grupos interessados reivindicavam seus direitos com base em identidades construídas durante o processo de colonização. Ser ou não ser índio implicava, portanto, em assegurar ou perder o direito às terras coletivas de tal modo que identidade étnica associa-se de maneira inevitável a reivindicação política.

A completa extinção das aldeias coloniais no século XIX acabou finalmente desencadeando a supressão de identidades construídas no âmbito colonial. Mas, se a historiografia forjada nesse mesmo século contribuiu para apagar a atuação dos índios na história do Brasil, os chamados movimentos contemporâneos de etnogênese, conclui a autora, têm confirmado a capacidade dos índios de rearticulação de suas culturas e identidades.

Em vista dos aspectos historiográficos revisados pela autora, parece que a mudança fundamental de paradigma não se encontra exatamente na elevação dos índios à condição de sujeitos históricos – o que, em última instância, não é mais do que uma evidência. Os estudos indígenas devem a Florestan Fernandes, aliás, tanto a denúncia do “mito” da passividade indígena, quanto o reconhecimento da importância da organização social dos nativos para a compreensão da evolução do contato; a análise da diferenciação na política indigenista entre índios hostis e índios aliados e do paradoxo enfrentado pelos portugueses no trato adequado com os índios, entre outros temas, todos esses ainda hoje frequentemente explorados pela historiografia.

A diferença encontra-se justamente na crítica a sua tipologia de reação à conquista. Para ele, que pensava a situação colonial, a submissão voluntária dos índios equivalia a um lento, mas “puro e simples” extermínio dessas populações, pela desestruturação social e perda de autonomia que isso acarretava. Já o que explica a emergência contemporânea de grupos antes considerados extintos é, ao contrário, a sua capacidade de recriação de identidades, por vias de atuação política inseridas em um novo padrão de relação, queira ou não, de subordinação aos europeus. Nesse sentido, a inversão se explica por uma expressiva distinção entre as maneiras de qualificar a resistência: se antes era preciso pegar em armas, atualmente, atos cotidianos de rebeldia, indolência ou conivência também estão sujeitos a esse enquadramento. Ainda assim – e a exemplo das análises referentes à formação da historiografia nacional no século XIX –, cabe pesar bem na balança a medida na qual essas manifestações contemporâneas advêm de longos processos históricos e na qual são frutos de circunstâncias históricas específicas, favorecidas pelo próprio discurso historiográfico.

Recebido: 28/02/2011 – Aprovado: 02/09/2011.